

DESMISTIFICANDO O PROJETO ARQUITETÔNICO DE INTERVENÇÃO EM ÁREAS TOMBADAS

Uma tecnologia de inclusão social

Tálita Nogueira Gonzaga Melo

UFG - Câmpus Goiás | talitanogueira@ufg.br

Lucas Eduardo Camelo Moreira

UFG - Câmpus Goiás | arq.lucase@gmail.com

Wiza Araujo Rosa

UFG - Câmpus Goiás | wiza_araujo@discente.ufg.br

João Pedro Silva Ribeiro

UFG - Câmpus Goiás | joao.ribeiro@discente.ufg.br

EIXO TEMÁTICO: Projeto, tradição e contemporaneidade

Resumo: Este estudo examina a **Cartilha “Etapas de Projeto Arquitetônico - reforma ou restauração”**, uma tecnologia de inclusão social do projeto Ybipitanga, elaborada como instrumento pedagógico para participação do público beneficiado com projetos arquitetônicos em área tombada ao longo de seu desenvolvimento. Processos como esses, frequentemente marcados por uma assimetria entre o conhecimento técnico e os saberes empírico e vivencial, requerem cuidado no diálogo e compreensão entre os envolvidos. A cartilha, que possui dezesseis etapas ilustradas, divididas entre o levantamento do imóvel e o desenvolvimento do projeto, é apresentada como uma ferramenta capaz de reconfigurar a relação especialista-leigo, buscando uma redistribuição de poder, que transforma moradores, de receptores passivos, em parceiros ativos na cocriação de suas moradias. Etapas de desenvolvimento de projeto como “ouvir suas necessidades e desejos” são institucionalizadas, validando o conhecimento do usuário e garantindo que a intervenção responda tanto às normativas de preservação (patrimônio material) quanto às demandas da vida contemporânea (patrimônio imaterial). Conclui-se que a cartilha é uma tecnologia social que: desmistifica o jargão técnico, promovendo maior diálogo; estimula a participação dos moradores nas tomadas de decisão de intervenção sobre seu próprio espaço; cria uma ideia de temporalidade ao longo do desenvolvimento de projetos de reforma ou restauração; promove um modelo de preservação que salvaguarda o patrimônio como um organismo vivo.

Palavras-chave: patrimônio cultural, canteiro modelo, arquitetura vernacular.

DEMYSTIFYING ARCHITECTURAL INTERVENTION DESIGN IN LISTED HERITAGE AREAS: A SOCIAL INCLUSION TECHNOLOGY

Abstract: This study examines the **booklet “Etapas de Projeto Arquitetônico – reforma ou restauração”** (Stages of Architectural Design – Renovation or Restoration), a social inclusion technology developed within the Ybipitanga Project as a pedagogical instrument designed to

foster the participation of beneficiaries of architectural interventions in a listed heritage area throughout the project development process. Processes of this nature, often marked by asymmetries between technical expertise and empirical or experiential knowledge, require careful dialogue and mutual understanding among participants. The booklet, which comprises sixteen illustrated stages divided between the building survey and project development phases, is presented as a tool capable of reconfiguring the expert–layperson relationship. It seeks to promote a redistribution of power, transforming residents from passive recipients into active partners in the co-creation of their homes. Project development stages such as “listening to your needs and desires” are formalized, thereby validating user knowledge and ensuring that the intervention responds both to preservation regulations (tangible heritage) and to the demands of contemporary life (intangible heritage). It is concluded that the booklet constitutes a social technology that demystifies technical jargon, fosters dialogue, encourages residents’ participation in decision-making processes regarding interventions in their own spaces, establishes a sense of temporality throughout renovation or restoration projects, and advances a preservation model that safeguards heritage as a living organism.

Keywords: cultural heritage; model construction site; vernacular architecture.

DESMITIFICANDO EL PROYECTO ARQUITECTÓNICO DE INTERVENCIÓN EN ÁREAS PROTEGIDAS: UNA TECNOLOGÍA DE INCLUSIÓN SOCIAL

Resumen: Este estudio examina la **cartilla “Etapas de proyecto arquitectónico – reforma o restauración”**, una tecnología de inclusión social desarrollada en el marco del Proyecto Ybipitanga como instrumento pedagógico orientado a fomentar la participación de los beneficiarios de intervenciones arquitectónicas en un área protegida a lo largo del proceso de desarrollo del proyecto. Procesos de esta naturaleza, frecuentemente marcados por asimetrías entre el conocimiento técnico y los saberes empíricos o experienciales, requieren un diálogo cuidadoso y una comprensión mutua entre los participantes. La cartilla, que comprende dieciséis etapas ilustradas divididas entre el levantamiento del inmueble y el desarrollo del proyecto, se presenta como una herramienta capaz de reconfigurar la relación experto–lego. Busca promover una redistribución del poder, transformando a los residentes de receptores pasivos en socios activos en la concreción de sus viviendas. Etapas del desarrollo del proyecto como “escuchar sus necesidades y deseos” se institucionalizan, validando el conocimiento del usuario y garantizando que la intervención responda tanto a las normativas de preservación (patrimonio material) como a las demandas de la vida contemporánea (patrimonio inmaterial). Se concluye que la cartilla constituye una tecnología social que desmitifica la jerga técnica, fomenta el diálogo, incentiva la participación de los residentes en los procesos de toma de decisiones sobre intervenciones en sus propios espacios, establece una noción de temporalidad a lo largo de los proyectos de reforma o restauración y promueve un modelo de preservación que salvaguarda el patrimonio como un organismo vivo.

Palabras clave: patrimonio cultural; obra modelo; arquitectura vernácula.

1. INTRODUÇÃO

A cartilha aqui apresentada é um trabalho desenvolvido pelo Ybipitanga, que reúne projetos de extensão e cultura, de pesquisa e inovação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Serviço Social na Universidade Federal de Goiás (UFG), no Campus Goiás. Inserido no Programa Conviver do Governo Federal, enquanto Canteiro Modelo de Conservação (CMC) Vila Boa (Farsette, 2025), o Ybipitanga atua na perspectiva de um escritório público de arquitetura e urbanismo, no contexto da área tombada e de seu entorno na cidade de Goiás.

As atividades do escritório são limitadas aos moradores das áreas mencionadas, enquadrados em critérios sociais e econômicos definidos, e buscam trazer melhorias habitacionais, com respeito técnico aos sistemas construtivos tradicionais vernaculares. Desde orientações técnicas sobre pequenas modificações a grandes projetos de restauro e reforma, espera-se que os trabalhos desenvolvidos pelo Ybipitanga assegurem sensibilidade ao patrimônio edificado e às pessoas que nele habitam.

Neste contexto, a atuação da equipe de trabalho, que é formada por discentes de graduação, docentes, técnicos administrativos e por pesquisadores arquitetos e urbanistas, envolve um conjunto de desafios que ultrapassam a linguagem técnica envolvida em projetos. Além de atender as normativas urbanísticas e de preservação do patrimônio, esses processos exigem um diálogo constante e estreito com os proprietários dos imóveis, que muitas vezes não tiveram contato com o trabalho do arquiteto ao longo da vida, que não têm familiaridade com o vocabulário técnico, com a complexidade de cada etapa e a temporalidade do desenvolvimento de um projeto arquitetônico dessa natureza. É a partir dessa problemática que se insere a elaboração da cartilha “Etapas de Projeto Arquitetônico – reforma ou restauração”, desenvolvida no ano de 2024.

A cartilha é utilizada como uma tecnologia social, nos termos definidos pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil, 2004), ou seja, um conjunto de técnicas, metodologias e instrumentos desenvolvidos de forma participativa, apropriáveis pela comunidade e capazes de promover transformação social. Tem como objetivo facilitar a compreensão de cada uma das etapas que compõem o processo de projeto arquitetônico de restauro, desde a fase inicial até a entrega, trazendo a dimensão de prazos, explicitando fluxos de trabalho e as responsabilidades da equipe, ao mesmo tempo em que estimula a participação ativa do público na construção das soluções arquitetônicas.

No campo da arquitetura e do urbanismo, o uso dessas ferramentas tem se mostrado fundamental para a ampliação da participação dos usuários nos processos de tomada de decisão e participação cidadã proposta por Arnstein (1969), que possui grande relevância na compreensão dos diferentes níveis de envolvimento dos usuários nos processos decisórios. Ao institucionalizar etapas como “Ouvir suas necessidades e

desejos” a cartilha busca deslocar a relação entre especialista e leigo de um modelo hierárquico para uma lógica mais colaborativa, aproximando os níveis de parceria.

A ideia da criação da cartilha surgiu a partir da experiência de um projeto de restauro piloto do Ybipitanga iniciado em 2023, em uma residência no centro tombado da cidade de Goiás, que apresenta técnicas construtivas vernaculares, como paredes de adobe, taipa de pilão, pau a pique, pedras. Além dos elementos construtivos típicos da moradia, outros aspectos importantes são colocados em questão no desenvolvimento do projeto, como habitabilidade, conforto térmico e lumínico, novas adaptações de uso dos espaços para a família, acessibilidade, higiene, estabilidade e segurança estrutural.

Entre as diversas intervenções propostas neste projeto está a inserção de banheiros na parte interna do edifício, que, conforme Lemos (1989), eram antes segregados do convívio social e da área íntima - sendo no fundo dos quintais, como na moradia em questão. Essas adaptações ressaltam a importância de abrir espaço para as intervenções em edifícios tombados, que não são estáticos, para assim cumprirem a sua função social e continuarem sendo utilizados e conservados, como diz Carsalade (2013):

O “atualizar” ao qual nos referimos na sua relação com a Arquitetura não é, portanto, transpor o tempo no sentido de “reviver” um contexto perdido ou passado, mas integrar ao tempo, no sentido de que seus significados acompanhem a sua passagem. A “atualização” programada, representada na Arquitetura pela preservação que congela a imagem equivale a estabelecer previamente o que deve ser transmitido às futuras gerações e retira dos bens o seu poder de interação significativa com a vida e as sociedades a que servem. É quando o patrimônio se liga com a vida e consegue realizar essa presença no cotidiano que ele mais se conserva. (Carsalade, 2013, p. 5).

4

Durante o desenvolvimento do projeto, em acompanhamento próximo com a família, identificou-se a dificuldade das moradoras em compreender não apenas a linguagem técnica utilizada e as soluções de projeto, mas especialmente a temporalidade entre cada uma das etapas desenvolvidas, frequentemente marcadas por múltiplas visitas ao imóvel, e o objetivo de cada uma delas. Esse contexto evidenciou a necessidade de um instrumento capaz de tornar o processo mais transparente, compreensível e participativo, já que o morador é o principal sujeito que irá usufruir do espaço.

Os elementos subjetivos que são intrínsecos no habitar, a forma de apropriação das pessoas ao seu ambiente, as particularidades das suas rotinas ou as suas necessidades quotidianas, são características humanas não quantificáveis que vêm comprovar que arquitetura não pode estar desassociada das dinâmicas sociais. Arquitetura da participação, como processo de inclusão do utilizador, vem evidenciar este fator e valorizar as questões sociais e políticas do contexto em que se insere. (Romão, 2015, p. 11).

No contexto de um escritório privado de projetos, comumente encontram-se contratos e acordos que firmam o desenvolvimento dos trabalhos contratados de acordo com suas etapas, detalhados em jargões jurídicos e em termos técnicos arquitetônicos que podem ser confusos. Um dos objetivos do Ybipitanga é horizontalizar as relações com o público que acessa o escritório, especialmente a partir da linguagem. A cartilha surge,

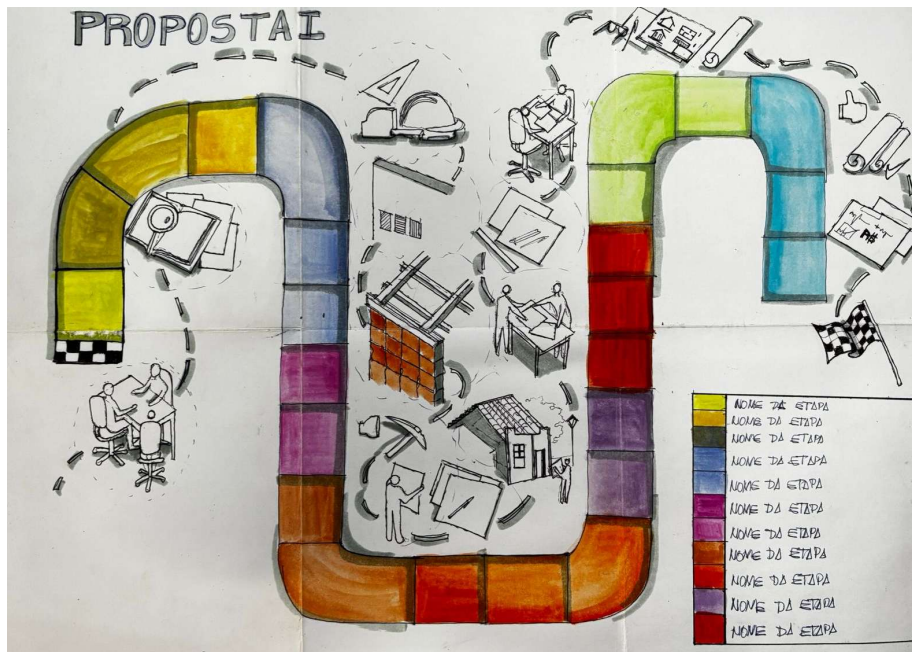
portanto, para auxiliar na compreensão do que será entregue para a família ao final do processo de projeto, quantas etapas, quanto trabalho e quanto tempo serão necessários para chegar ao objetivo final.

2. PROCESSO DE CONCEPÇÃO DA CARTILHA

Uma vez entendido que o objetivo principal da produção desse material era o de construir uma linguagem simples e acessível, com menos termos técnicos, porém pontuando, uma a uma, cada etapa do projeto, enumeradas as informações que precisam estar explícitas. As palavras foram, aos poucos, sendo adaptadas para traduzir os trabalhos a serem desenvolvidos: “levantamento cadastral”, por exemplo, se tornou “medir o imóvel”. Isso destaca que em processos participativos, o arquiteto assume o papel de mediador. Para isso, é fundamental a “tradução” desses códigos técnicos para uma linguagem comum, permitindo que o morador deixe de ser um espectador passivo e passe a ser um agente ativo no projeto (Romão, 2015).

De posse de um grande número de elementos, originalmente já divididos em etapas, partiu-se, então, da analogia de um caminho a ser percorrido. A ideia inicial foi a de transformar essas informações em um jogo de tabuleiro, em que um peão “anda” de casa em casa, passando por cada uma das etapas/pontos, entendendo o processo de projeto como um percurso a ser percorrido (figura 1).

Figura 1: Estudos da Cartilha.



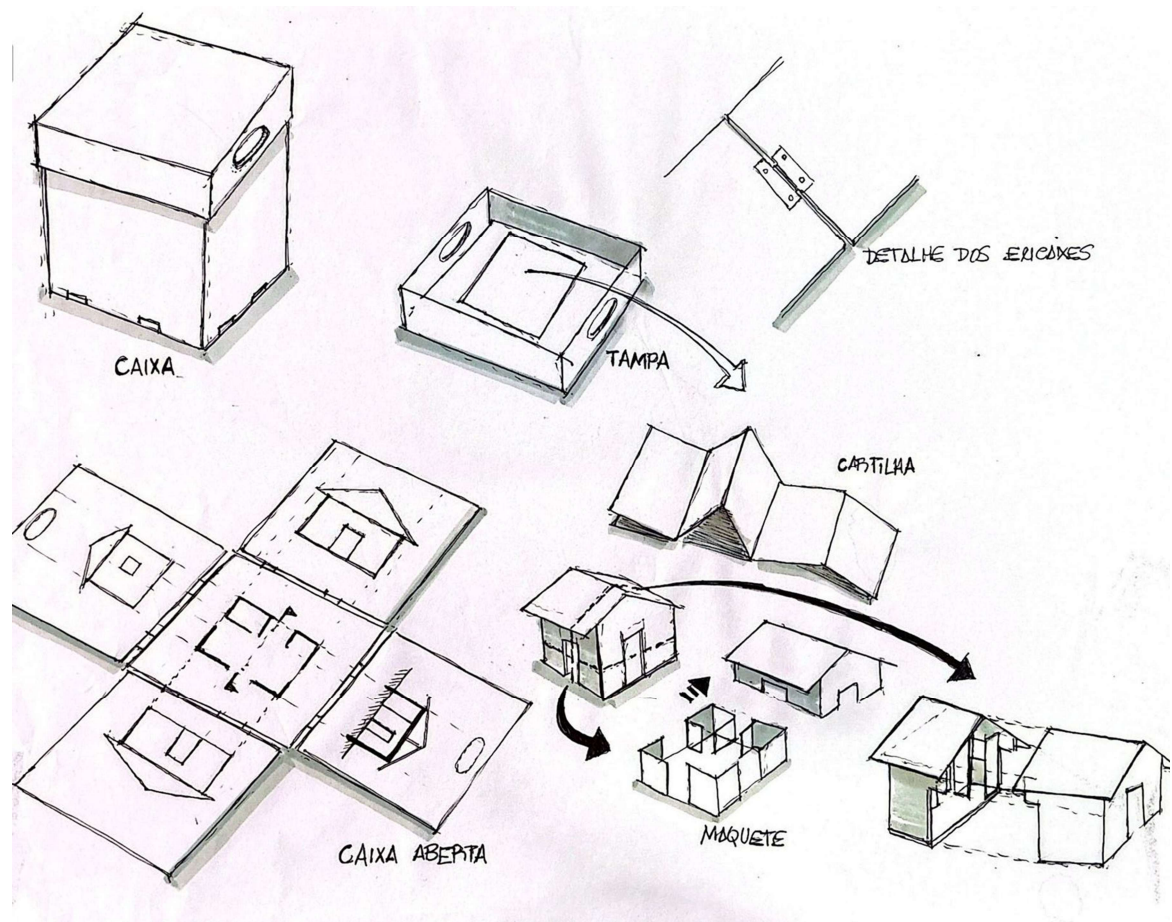
Croqui para a cartilha, com inspiração em jogos de tabuleiro.
Fonte: Acervo Ybipitanga.

Isso busca romper com a lógica de que o projeto de reforma ou restauração é um processo completamente linear, além de trazer uma narrativa visual lúdica, com

ilustrações simples que exemplificam a atividade de cada ponto e de permitir ao usuário situar-se em cada momento de desenvolvimento do trabalho.

Uma das propostas iniciais, além da cartilha, foi a elaboração de um objeto tridimensional, em formato de uma caixa, com a maquete de uma pequena casa (figura 2). Em cada face da caixa, ao ser aberta, haveria um desenho técnico: planta baixa, cortes e elevações. A maquete poderia ser “cortada” em dois planos - horizontal e vertical - de forma que, ao visualizar, em ângulo reto, a maquete cortada horizontalmente, sua imagem seria muito semelhante à da imagem da planta baixa. Da mesma forma, a maquete vista frontalmente, seria semelhante ao desenho da elevação (figura 3).

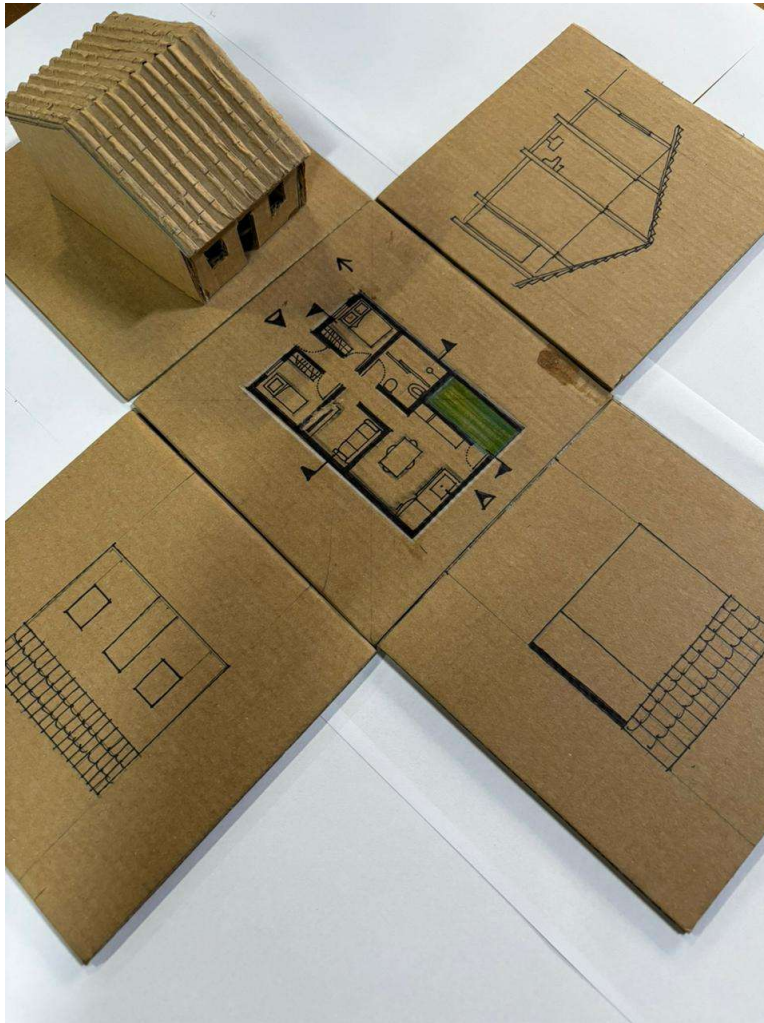
Figura 2: Croquis de estudo do objeto tridimensional



Croquis do objeto tridimensional e detalhes.
Fonte: Acervo Ybipitanga.

O intuito é explicar as formas de representação, mostrar o que são os desenhos técnicos, de duas dimensões, comparativamente a um objeto de três dimensões; como são representadas portas, janelas, mobiliários etc. Dessa forma, o diálogo com as famílias, que invariavelmente passa pela leitura de desenhos técnicos de projeto, pode ter o auxílio de um modelo didático no processo. A proposta, entretanto, não foi desenvolvida totalmente pela sua complexidade e dificuldades técnicas de reprodução, o que levou à decisão de desenvolver apenas o material da cartilha.

Figura 3: Croquis de estudo do objeto tridimensional



Estudo de modelo da caixa com maquete, planta baixa, corte e elevações.
Fonte: Acervo Ybipitanga.

A partir de estudos sobre as informações e linguagem a serem utilizadas na cartilha, referências de outros trabalhos e testes de reprodução gráfica, foi definido o modelo de uma cartilha pequena em formato A6, com impressão em frente e verso, que se desdobra em quatro partes, formando uma fita. O primeiro lado corresponde à capa (figura 4), concebida como um elemento introdutório e de acolhimento. Nela são apresentadas informações sobre o que é a cartilha e seus objetivos, os canais de comunicação do Ybipitanga, a ficha técnica, e os logotipos dos realizadores.

Figura 4: Cartilha - frente e verso



Capa da cartilha “Etapas de projeto arquitetônico - Reforma ou restauração”.
Fonte: Acervo Ybipitanga.

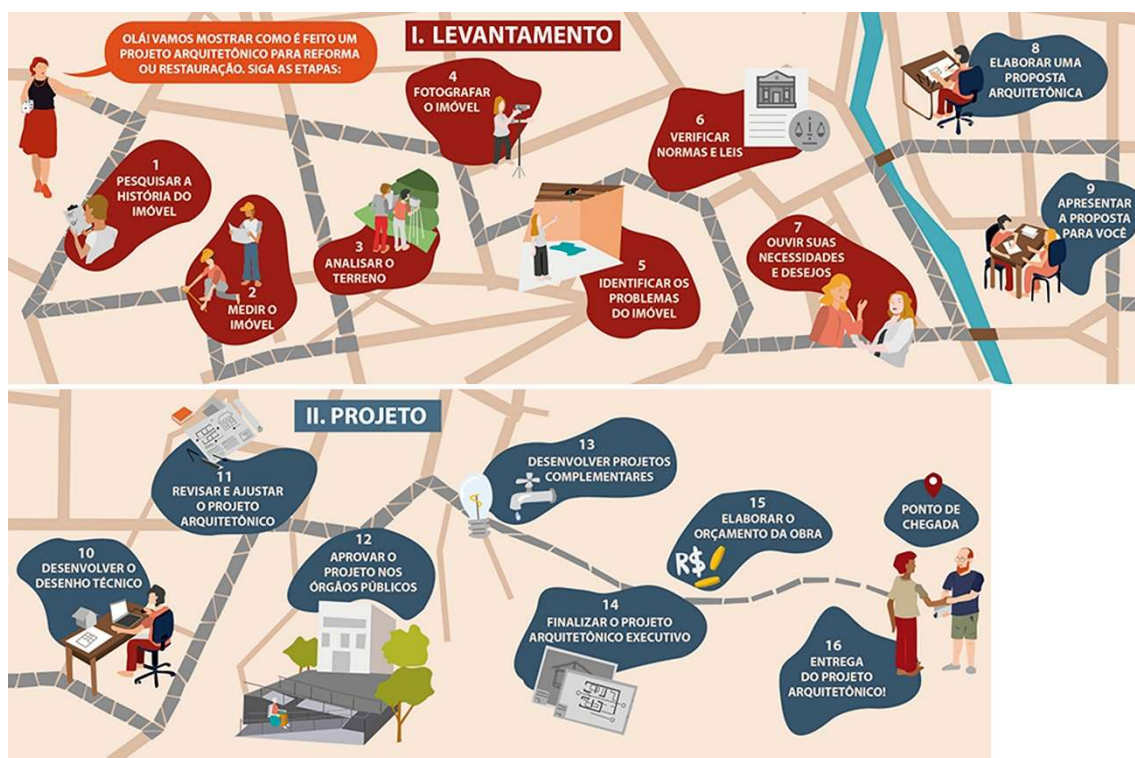
Figura 5: Ampliação da capa da cartilha



Ampliação da capa da cartilha.
Fonte: Acervo Ybipitanga.

O segundo lado (verso) constitui o corpo principal da cartilha, com as etapas de desenvolvimento necessárias para chegar à entrega do projeto de reforma ou restauração, apresentadas como um percurso ilustrado de dezesseis pontos a serem percorridos que se inicia com um balão de fala introdutório que conduz o usuário a seguir as etapas enumeradas (figura 6).

Figura 6: Ampliação do verso da cartilha



Ampliação verso da cartilha, que apresenta as etapas de desenvolvimento de projeto.
Fonte: Acervo Ybipitanga.

9

O caminho ilustrado de pedras, material de pavimentação de grande parte do centro histórico do município, é representado graficamente sobre a malha urbana da cidade de Goiás. Na malha, há a representação do Rio Vermelho, elemento estruturador da paisagem da cidade e que desempenha papel importante na organização do material. Aqui, o rio é um marco simbólico de transição, dividindo o percurso percorrido na cartilha em duas fases do processo projetual: o Levantamento e o Projeto.

As etapas estabelecidas seguem as indicações do Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural (Brasil, 2005), do Programa Monumenta, que indica etapas fundamentais para o desenvolvimento de projeto de intervenção no patrimônio edificado. Embora as etapas não tenham os mesmos nomes estabelecidos pelo manual, especialmente pela necessidade de ter uma linguagem acessível ao público, elas seguem suas diretrizes e orientações, desde a identificação e conhecimento do bem, ao diagnóstico e à proposta de intervenção.

O levantamento do imóvel, com ilustrações marcadas pela cor bordô, é composto por sete pontos, que apresentam as atividades de pesquisa histórica, normas e legislação; levantamentos físicos do terreno e do imóvel, além de diálogos com os moradores. Na cartilha, esse trecho do percurso é representado como um caminho mais curto, sugerindo um menor tempo de duração em relação à próxima fase. Essa escolha gráfica contribui para marcar a temporalidade desse período inicial do trabalho, voltado à escuta, ao reconhecimento do imóvel, ao diagnóstico construtivo e à compreensão das

necessidades dos habitantes. O que não significa que a primeira fase é rápida, mas serve como parâmetro para compreensão do tempo de duração da fase seguinte.

O segundo momento refere-se ao desenvolvimento do projeto arquitetônico em si, na cor azul. Visualmente, esse trecho é apresentado como um trajeto mais longo, comunicando ao usuário que essa etapa demanda maior tempo de trabalho. Essa representação carrega a complexidade envolvida na elaboração de projetos de reforma e restauração, especialmente em áreas tombadas e em imóveis construídos com técnicas construtivas vernaculares, que envolvem estudos técnicos aprofundados, além de projetos complementares, quando necessários, compatibilizações e revisões.

A fase de projeto, porém, não é maior apenas pela complexidade do trabalho técnico envolvido, mas também por ser marcada por etapas como “apresentar a proposta para você”, “revisar e ajustar o projeto arquitetônico” e “aprovar o projeto nos órgãos públicos”. Houve um entendimento na equipe de que é importante evidenciar esses pontos na cartilha para marcar a não linearidade de um projeto, que depende de variáveis, tanto objetivas quanto subjetivas, entre as diversas partes envolvidas: sejam as pessoas atendidas, seja a equipe do projeto e da universidade, sejam os órgãos públicos ou outros parceiros envolvidos.

Na cartilha, o encerramento do percurso é marcado pelo ponto de chegada com a entrega do projeto arquitetônico. Esse momento é a consolidação das etapas anteriores e representa a materialização das discussões, levantamentos e decisões construídas conjuntamente entre a equipe técnica e os moradores. Nesse momento, o proprietário recebe os projetos arquitetônico e complementares, com planilhas orçamentárias e os documentos necessários para o início de uma obra.

Estabelecer esse ponto de chegada na cartilha se tornou importante após algumas experiências, pois observou-se que, já nos primeiros contatos, os moradores acreditavam que o produto do trabalho desenvolvido pelo escritório seria a obra e não o projeto. Especialmente quando é comum que existam processos de autoconstrução ou reformas sem orientação técnica de arquitetos ou engenheiros, naturalmente espera-se que um processo tão longo e complexo quanto o de um projeto executivo resulte em algo grandioso como uma obra. Aqui, a cartilha se torna uma aliada na mediação e controle de expectativas no início e ao longo do desenvolvimento do projeto.

3. PARA QUEM É A CARTILHA?

Embora apresente uma linguagem acessível, com visual simplificado e abordagem lúdica, a cartilha aborda elementos técnicos e conceituais que, sem o diálogo com a equipe, podem não ser plenamente compreendidos ou até mesmo interpretados de forma equivocada. Ela é, portanto, um instrumento pedagógico destinado especialmente ao uso da equipe capacitada, que detém conhecimento mais aprofundado sobre seu conteúdo, conceitos e metodologias.

Nesse sentido, embora esteja divulgada digitalmente no site de Ybipitanga, a cartilha não é um material para distribuição ampla, mas utilizado de forma orientada e direcionado às pessoas que iniciarão o desenvolvimento de projetos arquitetônicos com o escritório. Ela é apresentada no começo dos diálogos sobre o projeto, antes mesmo das primeiras visitas ao imóvel; entregue aos moradores, para que possam compartilhar e relembrar as informações recebidas; e revisitada, sempre que necessário, ao longo do processo.

Por fim, para compreender quem tem acesso aos projetos e, portanto, à cartilha, é necessário explicar que existe um fluxo de atendimento estabelecido entre o Ybipitanga, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Goiás. Para se enquadrar entre o público atendido, é necessário que o imóvel esteja na área tombada ou de entorno do município; que o imóvel tombado esteja em condições precárias e/ou emergenciais de intervenção; que a renda familiar bruta per capita seja de até 1,5 salários mínimos, conforme a Lei de ATHIS (Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social), regulamentada pela Lei Federal nº 11.888/2008, que assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto ou a construção de habitação de interesse social, e que é referência para o Programa Conviver.

Para que a população da cidade de Goiás possa compreender o fluxo de atendimento e quem tem direito a solicitar o projeto de reforma ou restauração gratuitamente pelo Ybipitanga, posteriormente também foi desenvolvida uma cartilha nomeada “Fluxo de solicitação de projetos para conservação de imóveis tomados de famílias de baixa renda - Goiás (GO)”. As cartilhas integram um fluxo de atendimento metodológico amplo, que envolve acompanhamento, escuta qualificada e orientação contínua, sempre com o suporte de assistentes sociais, fundamentais nos processos de assistência técnica da habitação de interesse social e, no presente caso, cultural.

Elas são tecnologias sociais que auxiliam uma das principais atividades do Ybipitanga: o projeto arquitetônico de restauração ou reforma, elas assumem uma função que ultrapassa o caráter técnico, mas que reafirmam seu papel social ao promover acesso à arquitetura de qualidade e contribuem para a melhoria das condições habitacionais e para a valorização do ambiente construído. Com o projeto em mãos, os moradores passam a ter mais controle sobre os próximos passos e podem tentar viabilizar financeiramente a obra, seja por meio de financiamentos, parcelamentos, apoio de amigos e familiares ou pela participação em programas, benefícios e editais que atendam à realidade socioeconômica da família ou às especificidades do imóvel.

4. LANÇAMENTO OFICIAL E CONCLUSÃO

Em novembro de 2025, foi realizado na cidade de Goiás–GO, o primeiro Congresso Nacional de Canteiros Modelos de Conservação, o Conviver 2025 – Habitação Popular: Patrimônio Nacional, promovido pelo Iphan. O evento reuniu representantes dos

diversos Canteiros Modelo em funcionamento no país, incluindo servidores do Iphan e das Instituições de Ensino Superior parceiras, além de profissionais e instituições vinculadas à preservação do patrimônio cultural, com o objetivo de promover a troca de experiências, relatos de atuação e aprendizados construídos a partir das práticas desenvolvidas nos diferentes territórios.

Nesse contexto, a cartilha foi apresentada como uma tecnologia social, evidenciando seu processo de concepção, desenvolvimento e aplicação junto às moradoras atendidas pelo projeto. Estarem envolvidas desde a fase inicial do projeto foi extremamente importante para o êxito final, e terem acesso fácil às etapas ampliou o diálogo e reforçou que a mediação entre arquiteto e usuário é imprescindível. Durante a apresentação, foi destacado o papel da cartilha como instrumento de mediação entre o conhecimento técnico da arquitetura e a realidade social das famílias, principalmente no que se refere às etapas do projeto e à construção de uma linguagem acessível, capaz de dialogar com o público atendido.

No congresso, a cartilha despertou grande interesse por parte de outras equipes que atuam em contextos semelhantes, especialmente naquelas que trabalham com habitação popular. Alguns participantes, cujos canteiros modelos já estão em andamento, relataram dificuldades semelhantes na comunicação sobre as etapas de desenvolvimento de um projeto arquitetônico, enquanto outros, que ainda não iniciaram seus trabalhos, apresentaram interesse em usar a mesma estrutura para iniciar diálogos nos processos de reforma ou restauro de bem tombado.

12

Em debates, a cartilha foi reconhecida como uma ferramenta potencialmente replicável, capaz de contribuir para o fortalecimento das práticas de assessoria técnica em habitação de interesse social, especialmente em áreas tombadas. Sua recepção pelas moradoras e no Congresso Conviver, evidenciou a relevância de metodologias que valorizam a comunicação horizontal, a superação da linguagem excessivamente técnica, reafirmando a importância de tecnologias sociais na promoção do acesso à arquitetura e à conservação do patrimônio nacional.

5. REFERÊNCIAS / REFERENCIAS / REFERENCES

ARNSTEIN, Sherry R. **A Ladder of Citizen Participation**. Journal of the American Institute of Planners, v. 35, n. 4, p. 216-224, jul. 1969.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Elaboração: José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005. (Cadernos Técnicos, 1).

BRASIL. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de

interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A ética das intervenções**. Belo Horizonte: Mestrado Profissional do Patrimônio Cultural / Escola de Arquitetura da UFMG, 2013. 11 f.

FARSETTE, Paulo. **Plano operacional: conviver – canteiros-modelo de conservação**. Brasília: IPHAN, 2025. (Coleção Conviver, v. 1).

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil**. São Paulo: ITS, 2004.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Cozinhas, etc.:** um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. 1972. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

ROMÃO, Cristina Alves de Campos. **O Papel do Arquiteto em Processos Participativos:** um contributo para a compreensão de alternativas no modo de projetar. 2015. 258 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.